

Poder Judiciário e História: o Supremo Tribunal Federal como uma “casa de fazer destino”?

O Supremo Tribunal Federal vem assumindo, em um contexto marcado pela intensificação da judicialização da política, o protagonismo na decisão de questões políticas e morais controversas na sociedade brasileira. Segundo Ran Hirschl, este fenômeno é alimentado por uma mudança na ideologia jurídica, consistente em uma crítica realizada pelas principais elites políticas, jurídicas e econômicas à premissa majoritária. A “juristocracia” não pode, assim, ser estudada separadamente das lutas políticas e econômicas que modelam o sistema jurídico de uma sociedade. Uma abordagem histórica permite afirmar que a transferência de poderes para o Judiciário serve aos interesses de magistrados e tribunais que procuram ressaltar sua influência política. Com apoio na interpretação proposta por Hirschl e na análise do discurso dos ministros do STF em casos recentes, o presente trabalho pretende analisar e questionar o esforço de legitimação do tribunal como sujeito histórico produtor de novas formas de legalidade sem o suporte democrático. Neste sentido, será problematizada a enigmática afirmação do Min. Carlos Britto no caso sobre a pesquisa com células-tronco embrionárias, segundo a qual “[a] nossa Corte Constitucional [tornou-se] uma casa de fazer destino”.